

29 JUL 1992

Cresce 156% a dívida federal

a dívida federal

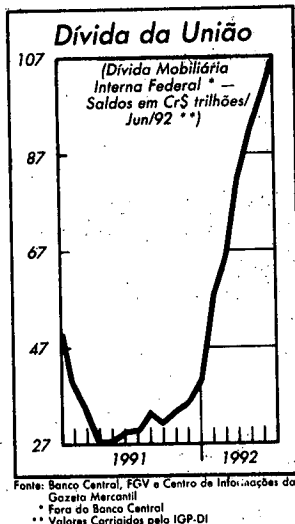
no semestre

por Claudia Safatle
de Brasília

A dívida mobiliária fora do Banco Central cresceu 156%, em valores reais (deflacionada pelo IGP-DI de 236,71%), de dezembro do ano passado a junho deste ano.

O saldo da dívida pública passou de Cr\$ 12,35 trilhões para Cr\$ 106,48 trilhões, equivalente a 7,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Ao final do ano de 1989, antes do confisco determinado pelo Plano Collor I, o estoque da dívida pública representava 15,2% do PIB.

O diretor de política monetária do Banco Central, Pedro Luiz Bodin de Moraes, explicou ontem — ao divulgar os dados de base monetária e meios de pagamento relativos a junho passado — que o crescimento da dívida pública, de 762,2% em valores nominais, é justificado pela devolução dos cruzados novos, de Cr\$ 63,18 trilhões (corrigidos) até o mês passado e pelo aumento das reservas internacionais, que, em maio último, atingiram o saldo de US\$ 16,91



bilhões no conceito de "caixa" e de US\$ 20,51 bilhões no conceito de "liquidez internacional".

Como essas duas fontes de pressão tendem a se reduzir bastante — já que a última parcela de cruzados novos será liberada no próximo mês de agosto e as reservas cambiais aumentarão em proporção bem menor que no primeiro semestre do ano —, a expectativa

é de que a dívida mobiliária também cresça a um ritmo bem mais reduzido nos próximos meses do ano.

Segundo os dados do Banco Central, a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) em junho foi de 24,6% na média dos saldos diários e de 14,9% na posição de final de período. A compra de divisas teve um impacto de Cr\$ 3,7 trilhões, inferior, assim, à média dos três meses anteriores, de Cr\$ 5,2 trilhões. No primeiro semestre, a pressão das operações externas (compra de reservas cambiais) na base atingiu Cr\$ 26 trilhões. O superávit do Tesouro Nacional contrabalançou parte desse foco expansionista da base monetária, representando uma ajuda de Cr\$ 1,09 trilhão no mês passado e de Cr\$ 3 trilhões ao longo do primeiro semestre.

"O que mostra que as políticas fiscal e monetária estão longe de ser frouxas", sublinhou o diretor do Banco Central. A base monetária, no primeiro semestre, teve um crescimento de 155,8% que, se comparado com a evolução do IGP-DI, representou uma contração, em termos reais, de 31,6%.

Os meios de pagamento (M-1) tiveram uma expansão de 28,4% na ponta de 25,4%, na média dos saldos diários, influenciados pelo crescimento de 34,6% dos depósitos à vista no mês passado, período de fechamento de balanços.

Hoje, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá aprovar a emissão adicional de Cr\$ 21 trilhões de papel-moeda para o segundo semestre, que depois segue para aprovação do Congresso Nacional. O diretor do Banco Central disse que se trata de atender a programação das necessidades de papel-moeda nos próximos meses do ano, quando a demanda é tradicionalmente maior.

O CMN deverá aprovar, também, voto do Banco Central que determina que todas as retiradas ou depósitos superiores a Cr\$ 45 milhões, feitos na rede bancária, em papel-moeda, terão que ser comunicados ao Banco Central.

A direção do Banco Central está preocupada com a situação dos bancos e

Cresce 156% a dívida federal...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

BMC, Banco Rural e Banco Cidade, citados como as instituições onde foram feitos os depósitos e saques de dinheiro do ex-tesoureiro de campanha do presidente Collor de Mello, o empresário Paulo César Farias. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, acha que as instituições financeiras devem ter uma corresponsabilidade no controle das contas de seus clientes, razão pela qual o CMN deverá aprovar uma resolução do Banco Central tornando obrigatória a identificação da conta pagadora e da conta recebedora dos depósitos, explicou o porta-voz do Banco Central, Francisco Baker.

O diretor de política monetária do Banco Central acha que a crise política não afetou o desempenho dos indicadores monetários nem a taxa de inflação que, como demonstraram os dados da FIPE, teve uma ligeira queda, de quase 1 ponto percentual, na segunda quadrimestre de julho, em comparação com a primeira quadrimestre. "A reação do mercado financeiro tem sido equilibrada, madura, moderada. Ninguém está apostando no caos", disse.

PAPEL-MOEDA E MEIOS DE PAGAMENTO

O saldo de papel-moeda emitido em junho cresceu

32,3% sobre o mês de maio, passando de Cr\$ 6,79 trilhões para Cr\$ 8,98 trilhões. Com a aprovação do CMN, que hoje deverá pedir que o Congresso aprove, por meio de projeto de lei, emissão adicional de mais Cr\$ 21 trilhões para o restante do ano, esse crescimento será bem maior. No primeiro semestre o Congresso Nacional autorizou a emissão de mais Cr\$ 6 trilhões de papel-moeda sobre o valor que o Banco Central tinha permissão para emitir.

Nos conceitos mais amplos, os meios de pagamento tiveram a seguinte performance:

● M-2 — Inclui além dos depósitos à vista e papel moeda em poder do público (M-1), mais as aplicações no fundo, que cresceram 23%; mais os depósitos especiais remunerados, que cresceram 27,4%; mais títulos federais em poder do público, que tiveram um aumento de 33,6%; além de títulos estaduais em poder do público, que aumentaram 30,9%. Assim, o M-2 teve uma expansão de 29,3% em junho sobre maio.

● M-3 — A esse conceito agregam-se mais os depósitos em poupança, que cresceram 23,4%, resultando numa expansão de 27,8% do M-3.

● M-4 — Cresceu 28,3%, com a inclusão das aplicações em títulos privados, que aumentaram 29,5%.

● M-5 — Variável que teve uma expansão de 26%.

FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA

(Fluxo no período — Em Cr\$ milhões)

Período	Tesouro Nacional	Operações créditos públicos federais	Operações do setor externo	Depósitos em NCZ\$ 1/	Depósitos em NCZ\$ 2/	Assistência financeira liquidez 3/
1990 — Jun	-1.444	53.597	507	0	-258.863	65.553
Acum. Jan-Jun	373.027	113.124	98.241	0	54.474	183.006
1991						
Acum. Jan-Jun	2.320	971.986	582.618	0	198.746	-232.811
Acum. no ano	-306.993	-985.980	2.470.183	2.993.975	1.364.031	-361.490
1992 — Jan	723.394	5.924.424	3.280.979	1.829.382	59.877	-12.379
Fev	10.005	3.265.313	3.654.939	1.622.501	31.241	-6.893
Mar	112.839	7.296.439	5.307.803	2.086.950	36.532	-6.277
Abr	-1.067.428	-3.958.058	4.338.122	2.853.520	7.682	616.050
Mai	-1.689.849	-6.141.612	5.980.942	3.247.066	4.192	-223.359
Jun	-1.098.952	-5.431.601	3.692.947	3.959.947	-4.752	-137.000
Acum. no ano	-3.009.991	-32.017.447	26.254.929	15.599.366	134.772	230.142
Período	Aplicações da reserva monetária	Rec. garant. real./jud. compulsório 4/	Depósitos de insti- tuições financ. 5/	Depósitos do F.A.F.	Outras contas	Varição da base monetária
1990 — Jun	53	0	54.533	0	-1.302	-84.762
Acum. Jan-Jun	1.187	0	-67.187	0	13.458	769.330
1991						
Acum. Jan-Jun	33.661	0	-29.989	-709.245	36.298	853.584
Acum. no ano	32.690	-2.392	78.039	-760.815	199.650	4.720.898
1992 — Jan	-36	-98	-425.177	-160.907	10.431	-618.958
Fev	35.000	7.538	82.721	209.184	41.346	2.422.269
Mar	-390	-2	-171.871	139.841	21.197	230.183
Abr	-1.377	-1	131.448	-328.009	73.707	2.665.656
Mai	16.007	-48.867	-340.232	169.492	84.725	1.058.505
Jun	26.588	33.761	368.560	230.593	161.850	1.801.138
Acum. no ano	75.792	-7.669	-354.551	260.194	393.256	7.558.793

1/ Impacto potencial sobre a base monetária das conversões de NCZ\$ referentes ao cronograma normal de liberações, iniciado em agosto de 1991.

2/ Impacto sobre a base monetária das conversões de NCZ\$ previstas na legislação original, mais as conversões posteriores por determinação judicial.

3/ Inclui penas e custos sobre deficiências de reservas bancárias.

4/ Inclui, até Fev/92, o compulsório sobre depósitos a prazo.

Fonte: Departamento Econômico (DIMOB)/Banco Central — 13/07/92.